



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

ATA Nº 3 – Terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, realizada no dia 14 de setembro de 2021

No dia catorze de setembro do ano de dois mil e vinte e um, pelas nove horas, nesta vila de Montalegre, no edifício do Multiusos, sito na Rua Nuno Álvares Pereira, realizou-se a terceira sessão ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1- Apreciação e votação da ata n.º 2 da sessão ordinária do dia 21 de junho, do ano 2021.**
- 2 - Apreciação e votação da ata da 1.ª Sessão extraordinária do dia 9 de agosto, do ano de 2021.**
- 3 – Expediente para conhecimento.**
- 4 – Período Antes da Ordem do Dia.**
- 5 – Período da Ordem do Dia:**
 - 5.1. Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do município, bem como da respetiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25º, e n.º 4, do artigo 35.º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;**
 - 5.2. Proposta de definição da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) – Aplicação Percentual para o ano de 2022;**
 - 5.3. Proposta da definição da participação variável no IRS (Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares) / Taxa a fixar para cobrar no exercício económico de 2022;**
 - 5.4. Proposta de definição do Imposto Municipal de Derrama a cobrar no exercício económico de 2022;**
 - 5.5. Proposta de definição da taxa de Imposto Municipal de Imóveis, IMI, aplicável aos prédios urbanos, sites no concelho de Montalegre, para vigorar no ano de 2022;**
 - 5.6. Alteração Modificativa aos Documentos Previsionais – ano 2021 - terceira alteração modificativa ao Orçamento da Despesa, terceira alteração modificativa ao Plano Plurianual de atividades Municipais;**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

5.7. Informação relativa aos compromissos plurianuais assumidos no ano económico de 2020 / artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação dada pela Lei nº 22/2015, de 17 de março;

5.8. Procedimento de concurso público, com publicidade internacional, com vista a uma operação de financiamento por locação financeira (leasing), para aquisição de uma viatura homologada em 19 toneladas de peso bruto. DF N.º 76/2020;

5.9 Pedido de apoio financeiro, formulado pela Junta de freguesia de Cervos para realização de uma variante na aldeia de Cervos;

5.10 Alteração por Adaptação do Plano Diretor Municipal;

5.11. Proposta de adesão à Federação Portuguesa do Caminho de Santiago.

6 – Período após a ordem do dia.

Efetuuou-se o registo das presenças, tendo-se verificado que estavam presentes trinta e sete membros.

Além do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Manuel Orlando Fernandes Alves, e do Senhor Vice-Presidente, David Varela Teixeira, estiveram presentes os Vereadores António Gonçalves Araújo, Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves e Paulo Jorge Miranda da Cruz.

Face à ausência do 1.º Secretário da Assembleia Municipal, Manuel Carvalho, foi designada pelo Presidente da Assembleia Municipal para integrar a Mesa da Assembleia, como 2ª Secretário, a deputada Gorete Afonso.

Registando-se quórum, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão.

1- Apreciação e votação da ata n.º 2 da sessão ordinária do dia 21 de junho, do ano 2021.

A ata da 2ª sessão ordinária realizada no passado dia 21 de junho foi posta à consideração, não tendo havido qualquer reparo.

Posta a votação a ata foi aprovada por maioria com quatro abstenções dos deputados Sandra Rua, José Luís Nogueira, Cristiana Pedreira Magalhães e Aníbal Ferreira.

2 - Apreciação e votação da ata da 1.ª Sessão extraordinária do dia 9 de agosto, do ano de 2021.

A ata da 1.ª Sessão extraordinária do passado dia 9 de agosto, foi posta à consideração, não tendo havido qualquer reparo.

Posta a votação a ata foi aprovada por maioria com cinco abstenções dos deputados Sandra Rua, José Luís Nogueira, Joaquim Moura, Nuno Daniel Pires e Cristiana Pedreira Magalhães.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

3 – Expediente para conhecimento.

Não foi recebido expediente.

4 – Período Antes da Ordem do Dia.

Inscreveram-se para intervir os deputados Duarte Gonçalves, Acácio Gonçalves, João Carlos Rodrigues, Sandra Gonçalves, João Soares, Iva Rebelo e Hernâni Carvalho.

O deputado Duarte Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: “Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Exmo. Sr. Presidente da Câmara, Srs. vereadores, caros colegas deputados desta nobre Assembleia Municipal: chegamos ao fim de mais um ciclo político, e esta é a hora de endereçar uma mensagem solene.

Foram quatro anos a servir os Barrosões nesta Assembleia, ao que antecederam 8 anos na vereação da câmara municipal.

À política e a servir os Barrosões através dos mandatos que me deram, dei o melhor de mim, durante os melhores anos da minha vida, pessoal e política.

E é chegado o momento para agradecer.

Agradecer a quem votou e em mim depositou esperanças.

Agradecer a confiança de muitos e o respeito de outros tantos.

É para mim agora tempo de pausa, é tempo de reflexão e de novos projetos.

Deixo hoje aqui uma despedida sentida a todos e cada um de vós. Todos temos as nossas simpatias e antipatias, agradamos mais a uns que a outros, contudo da política vou mais “rico” – e convém contextualizar esta afirmação para não ter más interpretações – Vou mais “rico” em vivências, em experiência, em maturidade política, em aprendizagens que servem para a política, e para a vida. Vou mais “rico” em termos de relações pessoais e de amizade. Da direita à esquerda, encontrei pessoas de firmes ideais, mas que sabem democraticamente acolher e respeitar a divergência de ideias. Isso é positivo.

Aliás, do antigo presidente ao atual, dos vereadores aos presidentes de junta, passando pelos deputados, todos têm a minha consideração e estima pessoal apesar das naturais divergências políticas.

Toda e qualquer ação por mim tomada, da mais simples à mais drástica, foi sempre executada tendo por base a atividade político-partidária... e aí se encerrou.

Nunca pessoalizei a política e penso que sempre soube democraticamente aceitar as divergências e combater na base dos argumentos e das ideias. Acho que essa postura de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

elevação me é reconhecida e por ela procurei pautar o meu comportamento, na velha máxima de Sá Carneiro: “a Política sem risco é uma chatice e sem ética uma vergonha»

Parto, como cheguei, desapontado com a atividade municipal.

Não vejo nesta forma de governar a autarquia, na minha ótica, sem visão de longo prazo e estratégia, uma via para o desenvolvimento necessário.

Não vejo as potencialidades da região a serem verdadeiramente exploradas e colocadas de forma organizada e rentabilizada, ao serviço das pessoas.

Não vejo o município a procurar ser competitivo e a lançar mãos de ferramentas e instrumentos que permitam a captação de investimento privado e criação de emprego, combatendo por essa via o despovoamento.

Considero Montalegre um concelho adiado, em que tudo é feito tardiamente. Um concelho governado por ciclos de 4 anos, a pensar na próxima eleição e não na próxima geração!

Consigo pegar em ideias lançadas nesta minha cruzada há 12 anos e há 8 anos, e ver que ainda são atuais e necessárias. Outras, foram sendo postas em prática tardiamente e de forma insipiente (por exemplo o apoio à natalidade ou lançamento da plataforma de venda de produtos locais). São pequenas vitórias em favor dos Barrosões. Não importa quem executa as ideias ou quem é o seu “dono”, o importante é a ação em favor das pessoas, pois é disso que trata a política. As pessoas devem sempre ser o centro da ação política.

E já agora uma mensagem para as pessoas.

Os Barrosões têm de ser mais exigentes e reivindicativos...é preciso partir a redoma de cristal, e trazer novas ideias, novas formas de pensar, novas dinâmicas, novas concretizações, mais ação cívica... porque seja quem for a governar, isto só não basta...é preciso fazer muito mais, e “muito mais” já foi um slogan de campanha nesta terra!

Saio também desapontado com esta assembleia municipal.

Aceitei esta participação, pois acho o lugar de deputado nobre e onde podemos ser verdadeiramente uma voz ativa.

Com a atual forma de funcionamento e status quo, esse desiderato é impossível.

Serve a bancada da situação para fazer odes à governação vivendo no mundo perfeito, e serve a bancada da oposição para tecer considerandos sobre tudo o que está mal.

Temos o oito e o oitenta e quando jogamos nos extremos não se consegue ser frutífero no conjunto.

Uma assembleia que vive de interpretações regimentais, sempre em favor da maioria, por vezes permitindo o abuso sobre a minoria, em vez de viver da ação regimental, isto é, devia procurar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

efetuar trabalho a nível de moções, recomendações, propostas, que possam aportar outro nível de discussão.

Aliás, esse tipo de trabalho quando intentado foi recebido de forma quase hostil.

Saio também desapontado, por acabar o mandato e ver que a Assembleia municipal não teve coragem de tomar uma posição clara sobre o processo de exploração mineira no concelho. Oportunidades não faltaram, mas sentiu-se um subjugar desta assembleia (órgão máximo por sinal) ao órgão câmara ou ao aparelho partidário. Mas enfim....

Foram anos de dedicação a uma alternativa necessária, para a qual os Barrosões começam a despertar. Não foi em vão... muito mais podia ter feito, mas a consciência vai tranquila pelo trabalho e persistência, e na alma e no coração vai o amor de sempre por esta terra que me viu nascer!

Obrigado! Assinado, o deputado municipal Duarte Gonçalves.”

O deputado Acácio Gonçalves disse que, chegado o fim de mais um mandato, quer deixar o louvor à bancada da coligação “Todos por Barroso” pois fez uma oposição construtiva, cumprindo com a sua obrigação.

O Partido Socialista está à frente dos destinos da autarquia de Montalegre e não se pode dizer que não fizeram nada. Algumas coisas fizeram, mas há coisas que têm que ser exigidas.

Salientou que a famosa estrada de Pereira afinal fica em Amiar. Parece uma obra de Santa Engrácia. A EHATB, como executora e financiadora da obra, deveria fiscalizar.

Deixou uma pergunta ao Presidente da Câmara, na qualidade de membro do conselho da CIM acerca dos transportes rodoviários de Montalegre, pois foi chamado à CIM para uma reunião extraordinária onde a ordem de trabalhos era a discussão do concurso internacional das linhas de transporte no concelho de Montalegre. Este assunto é demasiado importante para que seja descurado.

Desejou que todos façam um final de mandato nas melhores condições e que a nova assembleia e mandato reserve melhores condições de vida para Montalegre.

O João Carlos Rodrigues entregou o seguinte documento à Mesa: “Uma vez que entramos hoje em período de campanha eleitoral para as próximas autárquicas, quero aqui falar de política.

Falar da política de uns e da política de outros.

Falar da política séria, da política com os mais elevados padrões éticos, a política das causas, falar da política das pessoas e para as pessoas, porque a política é o bem comum, é falar de quem na sua vida foi esta a política que escolheu abraçar.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

É falar, lembrar e pratica o legado daquele que nos deixou recentemente, por exemplo.

É falar da política de uns.

É a política que alguns de nós praticamos, porque temos memória, porque somos herdeiros de um legado histórico, de personagens históricas de quem nos orgulhamos e respeitamos.

Depois há a política dos outros. Há a política da invenção, há a política da ilusão, há a política do bota abaixo, há a política do ataque pessoal, há a política do desrespeito e da falta de consideração pelo próprio povo e que leva ao descrédito daqueles que praticam essa política, junto daqueles a quem nestas alturas, e sem pudor nenhum, pedem o voto.

E para que fique claro quem são uns e quem são outros eu lembro que o PSD fez aqui, e publicamente, várias vezes, o elogio de Boticas como grande sucesso na criação de emprego e como grande exemplo a seguir.

E eu deixo aqui duas perguntas: Qual foi o resultado dos censos 2021? Ou qual a posição de Boticas no Ranking dos municípios? Assinado, o deputado municipal João Carlos Rodrigues.”

A deputada Sandra Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: “Exmo. Senhor Presidente da Assembleia municipal, Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, Exmos. Senhores Vereadores, Exmos. Senhores deputados, meus senhores e minhas senhoras.

Vou iniciar a minha última intervenção deste mandato, com um agradecimento aos meus companheiros deputados da bancada social-democrata por estes 4 anos de luta, resiliência e oposição construtiva, sempre com educação e elevação. Um agradecimento muito especial ao nosso líder de bancada Duarte Gonçalves por ser um ser humano de excelência, sempre disponível para os companheiros, sempre disponível para o partido, sabemos que podemos sempre contar contigo. Muito obrigado Duarte pela tua dedicação e amizade.

Ao longo dos últimos 4 anos, trouxe a esta assembleia variadíssimos assuntos, desde os ajustes diretos e a forma pouco clara e transparente de como o executivo socialista usa o dinheiro do erário publico. Denunciei aqui várias obras vergonhosas tanto na forma como são executadas, assim como nos valores praticados e pagos. Abordei a falta de incentivos ao empreendedorismo, a bancada do PSD apresentou uma proposta em abril de 2018, proposta essa que foi recusada pela bancada do PS, com a justificação que já estariam em curso medidas idênticas. Nesse caso porque foi recusada? Facto é que até hoje nada foi feito pelo executivo nesta área, nem semelhante à proposta apresentada pela bancada do PSD.

Não obstante, o meu foco foi sempre direcionado para a falta de condições e incentivos para os nossos jovens e crianças. Em 2017, intervim ativamente, ainda na fase do projeto, para que a obra no edifício da Escola Primária de Salto contemplasse mais salas, pois as existentes eram



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

já há altura insuficientes, com a verba existente era absolutamente aceitável e exequível um recreio com um piso decente e uma área coberta, onde as crianças correm e brincam, no entanto, é impossível no inverno devido à falta de condições e assim ficam confinadas às salas o dia todo. Nada disso foi contemplado e agora o município terá que voltar a intervencionar a escola e garantir o que eu inicialmente referi estar em falta e foi terminantemente negado numa sessão de esclarecimentos aos encarregados de educação no Ecomuseu de Salto. A falta de planeamento e competência são evidentes, sendo que existem lacunas após um investimento de 350 mil euros.

Interpelei incessantemente o executivo para a falta de atividades extracurriculares, criaram as férias ativas. No entanto, as férias ativas são apenas à tarde, durante 3 horas e meia. Como os pais não trabalham apenas à tarde durante 3 horas em período de férias letivas, a adesão diminuiu substancialmente. Sou alvo de insultos por parte do presidente da câmara a cada uma das minhas interpelações, mas valeu a pena, pois finalmente admite a hipótese de criar uma creche no Baixo Barroso, criaram o incentivo à natalidade, resolveram alguns dos problemas com estruturas na escola primária de Salto e na Escola do Baixo Barroso. É caso para dizer, água mole em pedra dura, tanto bate até que fura. No entanto, como as ideias não são do executivo, não sabem dialogar e dissertar ideias, por prepotência e acharem que fazem tudo bem, o resultado final fica sempre aquém do esperado. Um exemplo é o apoio à natalidade, em que as mães têm de se deslocar mensalmente à câmara para entregar os comprovativos das despesas, pedir que lhes seja pago o valor de 50€ e com jeito ainda agradecem ao senhor presidente da Câmara, além de não poderem pedir retroativos.

Os alunos da Escola do Baixo Barroso continuam à espera do autocarro junto à estrada nacional até que aconteça algo grave e a autarquia se digne a tomar uma atitude.

As nossas crianças e jovens merecem o melhor e a autarquia não tem dado o seu melhor para estancar o despovoamento do nosso território e a saída constante do futuro da nossa terra. Assinado, a deputada municipal Sandra Gonçalves.”

O deputado João Soares entregou o seguinte documento à Mesa: “Os tempos que vamos vivendo, por estes dias, são marcados por dois acontecimentos: início do ano letivo e eleições.

Permiti que partilhe convosco dois apontamentos. Primeiro: abertura do ano letivo: tantos de nós, os mesmos jovens, ainda se lembram do início das aulas, invariavelmente a 7 de outubro.

Pois bem, a este propósito, quero aqui prestar o meu modesto tributo à memória e à história do nosso concelho. Para quem sabe, serve para avisar; para quem não sabe, serve para avisar; para quem não sabe, trata-se de acrescentar, acrescentar conhecimento.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Quando em 20 de abril de 1922 foi criada a Diocese de Vila Real, já se encontrava a funcionar um pequeno seminário, em Gralhas. Fundado em 1921 e, ainda, sob a administração do Seminário da Arquidiocese de Braga, à qual pertencíamos, era já o fermento do futuro Seminário Maior de Vila Real, que viria a ser, durante mais de um século, a única Instituição de Ensino Superior em todo o distrito de Vila Real.

Não é facto de sonemos lembrar aqui, data que foi Reitor do Seminário de Gralhas o Dr. Serafim de Oliveira, um barrosão do concelho de Boticas, mais propriamente de Viveiro. Doutorado pela Universidade Gregoriana de Roma, assumiria, depois, no Seminário de Vila Real, a função de Vice-reitor e professor dos cursos de Filosofia e Teologia.

Tive a honra de o ter como professor das cadeiras de Sociologia, História de Arte e Deontologia e Ética.

E este facto abre-me a porta para passar ao 2º apontamento: eleições.

Estávamos em junho, no final do ano letivo de 1961. Na altura, já em teologia, na aula de Deontologia e Ética o Professor Dr. Serafim de Oliveira, fez questão de lembrar a figura do psiquiatra e psicoterapeuta suíço, fundador da Psicologia Analítica, acabado de falecer de véspera (6 de junho). Carl Gustav Jung – um dos grandes pensadores que, a par de Sigmund Freud e Frank Caprio, eram e são referências marcantes, recorrentemente citados nas cadeiras de Psicologia, Sociologia e Deontologia, como era o caso.

E o memorial prestado pelo professor passou pela citação de uns quantos pensamentos emblemáticos do Mestre da Psicologia.

Neste tempo pré-eleitoral vem-me à memória umas das citações, “uma frase batida”, parafraseando Sérgio Godinho “Você e o (aquilo) que faz e não aquilo que diz que vai fazer.”

Isto traduz-se em simples palavras: levá-los a acreditar em tudo o que lhes prometem.

Temos de convir que este aproveitamento da ingenuidade e/ou da ignorância política dos eventuais votantes é um ato torpe, por parte de tais atores políticos que, tendo plena noção de que a literacia não bateu à porta de todos por igual, minimizam o facto, conspurcando a democracia, em nome de um Deus menos, o seu EGO.

A democracia dispensa o contorcionismo teatral de tais atores com sua retórica distorcida, ilusória e ardilosa, que fazem passar por promessas sãs aquilo que não passa de promessas vãs. Mas, a democracia não prescinde dos que se apresentam com discurso credível, competente e convincente.

Servem a democracia os que dedicadamente se prestam à causa pública e não os que, despudoradamente, se prestam à causa própria. Àqueles, o povo aceita! Estes, o povo respeita.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Lá, onde a Democracia nasceu, na Grécia, os Filósofos atenienses (Aristóteles, Sócrates e Platão) definiram a Política com “a arte de governar a Pólis, o povo”.

Pois bem, andam, por aí, atores a fazer de políticas, para os quais a política, em vez de arte de governar o Povo, é a arte de enganar o povo.

Na hora que passa, saibamos todos, eu, tu, nós, ser dignos do papel democrático e político que a cada um cabe, para bem do povo e para honra e glória de Barrosões. Assinado, o deputado municipal João Soares.”

A deputada Iva Rebelo disse que ao fim de quatro anos, a bancada do Partido Socialista já deveria saber para que serve a Assembleia. Não se pode vir para as reuniões questionar a oposição sobre o que quer que seja. É precisamente ao contrário. É preciso ter noção que a bancada socialista aprovou três regulamentos que continham erros e que tiveram que ser constantemente retificados. Não devem acusar a oposição quando esta está a fazer o trabalho para o qual foi eleita.

Referiu que termina o mandato conforme o começou a perguntar quando é que o Rio Cávado é limpo. Andou quatro anos a reclamar a limpeza do rio e agora em período pré-eleitoral, paga-se 13 mil euros a uma empresa para limpar poucos metros, constituída há três meses e que nem funcionários tem. Milhares de euros foram gastos antes das eleições e volta a perguntar se o rio tem algum projeto que dignifique Montalegre.

Alertou a Assembleia para que mude o método de trabalho, pois teve conhecimento que há deputados que não leem os documentos pois nem a plataforma abrem. Na bancada da oposição podem ser poucos, mas fazem o trabalho que lhes compete.

O deputado Hernâni Carvalho disse que aqueles que andaram quatro anos a zurzir acerca do castelo, agora usam a imagem desse magnífico monumento para a campanha eleitoral.

Realçou que quem quer respeito, dá-se ao respeito. A vitimização constante ao dizer que a democracia esta amordaçada, não lhes fica bem. A democracia e a Assembleia é o que fazemos delas. A oposição escolhe falta de moralidade e atacam a todos e “à mulher de César não basta ser...”

Dirigiu algumas palavras ao deputado Duarte Gonçalves pelo qual tem grande estima e consideração pessoal. Admira o seu percurso, reviu-se durante muito tempo na sua maneira de estar na política. Gostou quase sempre da forma como fez as suas intervenções, de uma forma construtiva, discordante e, sobretudo, com respeito.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Vinculando as palavras seguintes apenas a ele próprio, disse que lamenta que o PSD de Montalegre perca um dos seus melhores. Tem a certeza que foi por opção do Duarte pois não se deve rever no rumo que este PSD está a tomar.

Deseja-lhe toda a sorte do mundo e espera que um dia se voltem a encontrar e que continue a ter parte ativa na política local. Montalegre precisa de gente como o Duarte Gonçalves.

Também, em nome do Partido Socialista, agradece todo o trabalho e percurso desenvolvido pelo deputado.

Disse que o COVID 19 pôs toda a gente à prova. Se neste mandato se pode apontar um aspeto positivo da liderança socialista, uma delas foi a resposta a esta pandemia, mas preocupa-o o que ainda há para fazer. O Plano de Recuperação e Resiliência, mais uma vez, é penalizador para o interior, penalizador para Montalegre. O PRR teima em deixar de fora territórios que mais sentiram a pandemia e a desertificação. Esse plano de resiliência tinha que ser muito mais abrangente, muito mais ambicioso e muito mais capaz para responder às dificuldades. No entanto, anima-se com o facto de irem surgir outras oportunidades, se somarmos o Norte 2030 ao PRR, à descentralização de competências com autarquias mais capazes e competentes. É bom que os novos eleitos locais tenham consciência de que o exercício do próximo mandato vai ser o mais difícil e exigente de sempre pela circunstância de ter que se tirar o mundo e o país de uma pandemia e de uma crise económica. Isto só se faz com os melhores eleitos, com os mais capazes e com os mais experientes. Espera que o resultado das eleições seja reflexo disto.

Inscreveram-se para 2.^a intervenção os deputados Sandra Gonçalves e João Carlos Rodrigues.

A deputada Sandra Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: “Eu não preciso de me vitimizar, as ações ficam com quem as pratica e os insultos nesta Assembleia para com a bancada social-democrata são constantes e recorrentes.

Quanto a faltosos, desde quando é que os vereadores têm assento na Assembleia e têm de justificar as faltas? Já o presidente da câmara é diferente. Que falta de delicadeza atacar um vereador que não está presente para se defender.

Por falar em faltas, quando não há quórum nesta Assembleia a culpa também é do PSD? Ou é dos faltosos da bancada socialista?

Vejam bem a democracia dos que se pavoneiam de cravo na lapela, querem que a oposição feche os olhos às irregularidades e ilegalidades, isto diz muito de quem nos governa e daqueles que os defendem. Assinado, a deputada municipal Sandra Gonçalves.”



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

O deputado João Carlos Rodrigues entregou o seguinte documento à Mesa: “Bem, deixei aqui duas perguntas simples, mas o PSD não responde, ou atrapalha-se, tropeça nas suas incoerências constantes quando os factos dizem o contrário da sua invenção e da sua propaganda.

E agora temos que falar da política dos outros. Da política que outros escolheram seguir na sua atuação.

O PSD andou a denegrir o nome da terra elevando Boticas para afundar Montalegre.

Mostrou uma falta de consideração e respeito pela gente de Montalegre que nem os de Boticas aceitam!

Pois tanto sucesso que o PSD reclama para Boticas e não diz agora que teve uma perda percentual de população ainda superior a Montalegre!

Que Montalegre tem ainda 1.648 empresas e Boticas 678.

Que o poder de compra em Montalegre, em relação à média nacional, é de 62,4% e em Boticas é de 59,1%.

Afinal não têm vergonha do que andavam a dizer?

Mas há mais.

Qual é a posição de Montalegre e Boticas no Ranking dos municípios?

No geral e a nível nacional, Montalegre ocupa o n.º 121 do ranking enquanto Boticas o n.º 198

No universo dos 86 municípios da região Norte Montalegre ocupa o lugar n.º 43, no que aos negócios diz respeito, e Boticas o n.º 73

No que toca ao visitar, Montalegre também está à frente, no lugar n.º 36 do ranking e Boticas no n.º 45

Já no que ao melhor local para viver diz respeito, fazemos aqui um hat-trick, Montalegre ocupa o n.º 45 e Boticas o n.º 62

São estes os números que provam o vosso desnorte, que sustentam a política que escolheram seguir.

Porque quem nos compara com Boticas não sabe a ofensa que está a fazer à nossa gente!

Quem nos põe abaixo de Boticas, insulta-nos a todos!

Isso é uma traição à terra e à gente!

Mais, quando quiserem comparar Montalegre com algum conselho do distrito de Vila Real, comparem com Chaves ou com Vila Real, que são os únicos conselhos do distrito que estão à nossa frente.

Quem diz mal de Montalegre desta forma, não gosta da nossa terra.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

O PSD, já vimos, se for necessário, afunda, ofende, despreza, traiçoa e renega a terra, e é por isso que estão no lugar que estão e o “Ranking” de 26 de setembro vai confirmar esse desastre. Sim, vai haver um 26 de setembro de 2021. Será o dia em que ficam a uma derrota da dezena de derrotas.

Mas já agora deixava aqui outra nota sobre emprego e investimento.

Quero felicitar o investidor Dr. Paulo Cruz pelo investimento que está a fazer na zona industrial de Montalegre. É um investimento a rondar 1 milhão e meio de euros e que vai criar 12 postos de trabalho. Parabéns e muito sucesso.

Para além do investimento turístico e no alojamento, que sobressai, e que merece também reconhecimento, vou referir o investimento na principal atividade do concelho.

No setor agrícola, nas várias tipologias de investimentos, em 2020, houve mais de 2.300 beneficiários de fundos comunitários que realizaram um investimento total de mais de 19 milhões e meio de euros.

É um montante surpreendente, é, igual ao orçamento da Câmara, que vai para um setor dinâmico, com empresários dinâmicos e com associações competentes. É muito dinheiro que fica na região, que fica no bolso das pessoas, que vai para a economia e para o emprego.

E assim, parece que mais uma vez, a ilusão, a realidade alternativa que o PSD insiste em criar e em vender às pessoas, cai por terra.

E nós estamos cá, estaremos cá, sempre, para defender, alertar e dizer a verdade às pessoas. Estaremos cá para fazer a política de uns e para denunciar a política de outros. Assinado, o deputado municipal João Carlos Rodrigues.”

O Senhor Presidente da Câmara disse que a questão dos transportes foi delegada à CIM que é quem vai fazer essa gestão. Fez-se um concurso internacional no valor de perto de sete milhões de euros, segundo um estudo que foi encomendado pela CIM e onde participaram equipas de advogados conceituados de Lisboa e o próprio Instituto da Mobilidade e dos Transportes. Reunidos todos os operadores, a Transdev disse que não tinha interesse na proposta, a Rodonorte nem concorreu e deixou campo aberto para a Autoviação do Tâmega. Sendo esta a única concorrente, inflacionou os preços, tornando o concurso incomportável. Agora está a ser preparado um novo concurso, onde se chegou a ponderar que a própria CIM tivesse uma frota para operar em todo o território do Alto Tâmega, mas obviamente seria uma loucura.

O senhor deputado Acácio Gonçalves foi chamado para uma reunião extraordinária da CIM porque, até ao dia 3 de dezembro, está-se coberto por um programa de transportes que foi sancionado pelo IMT e se nós, perante este instituto fizermos o comprovativo de que já temos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

em marcha um novo concurso, o IMT prorroga a operacionalidade dos transportes até à conclusão do concurso e a escolha do respetivo operador. O concelho de Montalegre vai pagar mais e ficará sempre mais penalizado do que os demais porque temos uma equipa de vigilantes que se pretende manter e que sai do erário municipal. Temos a modalidade de transportes anuais que transportam alunos e cidadãos de Barroso e ficamos com a garantia de serviço público.

Falou do desastre falado pela oposição pelo facto da Câmara ter gasto 1,5 milhão de euros nas escolas e os alunos serem “uns desgraçados” que ninguém faz nada por eles. Anunciou que há já mais uma candidatura aprovada perto de 700 mil euros para ser gasto no Centro escolar, mais 350 mil euros para a Escola de Salto e 150 mil euros para a Escola de Cabril só se veem desgraças. A oposição não consegue reconhecer o esforço feito pelos socialistas.

Disse que, durante a reunião, saíram intervenções excelentes como a do deputado João Carlos Rodrigues, do Hernâni Carvalho e do João Soares. É sinal que os cabelos brancos aliados à juventude fazem um elixir muito válido na sociedade. O nível destas três intervenções, comparado com o nível das quatro ou cinco intervenções feitas pela oposição, demonstram a qualidade dos deputados do Partido Socialista. As críticas devem ser aceites, mas devem essencialmente ser consolidadas em argumentos. Não se pode criticar por criticar pois só mancha a imagem de todos os Barrosões.

Informou que a estrada de Pereira foi concursada e o empreiteiro tinha seis meses para concluir a obra. O Presidente da Câmara bem gostava que a obra estivesse concluída para a poder inaugurar antes das eleições. A estrada está transitável, já tem tapete até à saída de Amiar. Neste momento está a construir-se a ponte e o respetivo alargamento ao ritmo que o empreiteiro impõe pois tem o direito de o fazer, na condição de cumprir os prazos.

Deixou o seu reconhecimento, entre aspas, ao deputado Duarte Gonçalves e ele sabe bem porque é que é entre aspas e também porque era o único elemento do PSD que restava de bom na pequenez em que o seu partido se tornou.

Não pode ignorar que foi o deputado que deu o pontapé de saída para que a justiça fosse uma arma de arremesso político e por isso não pode fazer-lhe uma vénia. Teve um mandato, como vereador, sempre com uma postura cordata, educada e de repente foi contagiado. A irracionalidade que se viveu neste mandato é contagiante e contagiou muita gente. Até aqueles que em Ferral vandalizaram o mural inaugurado há uma semana em homenagem a um grande homem e autarca honrado. Homem que navegou nas redes sociais sem ofender ninguém, ao contrário do PSD que só sabe fazer política ofensiva. Não se pode consentir lições de moral desse tipo de gente que vem para aqui dizer como é que o PS deve operar.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

A política sem ética é uma vergonha e a política sem ética foi tudo aquilo que se viu na Câmara durante estes quatro anos. Política sem ética é dividir permanentemente Montalegre contra Salto e Salto contra Montalegre. Política sem ética é o que o PSD fez em relação às obras do castelo, onde toda a gente se tornou entendida no assunto. Ele, que nada sabe, em harmonia com a Direção Geral da Cultura do Norte e com o IGESPAR, construiu um projeto de intervenção no castelo para que funcione verdadeiramente como sala de visitas. Não pergunta aos deputados da oposição quantos visitaram o castelo, só que quase adivinha que foram muito poucos, mas gostam de falar e intoxicam as redes sociais.

Também a mineração, que segundo alguns militantes do PSD era a melhor coisa que ia acontecer no concelho de Montalegre se inverteu. Com a cidadania a trabalhar, o PSD pôs-se a reboque daqueles que defendem que os seus direitos iriam ser convenientemente defendidos. Aqui se vê que o que está em causa é a defesa e diferença de interesses pessoais que só foram agora evidenciados. Honra seja feita aos agricultores de Salto que se manifestaram contra a mineração em Salto com medo de perder os baldios que tanto proveito dão, que não são de ninguém, mas põem o interesse pessoal à frente do interesse da pátria barrosã. Isto é o que alguns políticos iluminados andam a fazer, acorrentando-se à corrente. Aperceberam-se, numa conversa com o Presidente da Câmara Municipal de Boticas, que afinal o lítio é bom e acusaram o Presidente da Câmara de Montalegre de ser negligente, que em vez de ir passear para Nanterre, devia ir a Lisboa lutar pelos direitos dos Montalegrenses para que não fosse tudo para Boticas. Esta história do lítio começou assim e está em ata. “Viraram o bico ao prego” com o argumento luminoso de que “só não mudam os burros”. Política sem ética com a justicialização que fizeram ao trabalho socialista à frente da Câmara. Admitiu que poderá haver irregularidades administrativas e procedimentais que nada têm a ver com o que se quis insinuar. Que se trabalha com certos empreiteiros para que se dividam os dividendos “a meias”.

Disse que o discurso de despedida do deputado Duarte Gonçalves tem incongruências. As suas boas intenções dominaram-no durante muito tempo, mas quando a irracionalidade chegou ao PSD, contagiou-o. Começou bem, a meio tentou recompor-se e acabou mal.

Sobre o empreendedorismo sempre falado pelo deputado Duarte Gonçalves disse que tanto falou, mas nunca almejou nenhuma ideia. O vosso “cavalo de batalha” sempre foi a derrama, mas em Boticas nunca se pagou derrama e nem por isso os investidores se fixam lá. Pois bem, o deputado João Carlos Rodrigues já deu uma excelente explicação dos factos com dados facultados pela Pordata.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Em relação ao fervor do empreendedorismo que caracteriza o PSD, temos o exemplo do investimento que o Dr. Paulo Cruz irá fazer na zona industrial. Devíamos ter mais investidores assim que dessem o seu contributo para que a pátria barrosã se afirme. Aquando da venda dos lotes na zona industrial de Montalegre, os vereadores do PSD tomaram como posição a abstenção, o voto contra ou a favor se fosse alguém conhecido deles. Em pleno século XXI, 50 anos após o 25 de abril e ainda se faz política desta maneira. Se o lote for para o Luís Cascais votam a favor, se for para o Paulo Cruz abstêm-se e para outra pessoa qualquer, votam contra. Se houver investidores que querem comprar lotes na zona industrial, como é que se pode votar contra. É o desnorte. Como é que se fala em criar postos de trabalho e dar músculo ao território quando os vereadores da oposição, durante quatro anos, não votaram favoravelmente nenhum subsídio para as instituições sociais, culturais, desportivas, com o argumento de que as direções devem “fazer pela vida” e não estarem constantemente pendurados na Câmara, falando especificamente do Centro Desportivo e Cultural de Montalegre. Não conseguem ver que Montalegre é única terra do interior do país que está na Liga 3. Deve ser uma honra e um orgulho para todos. Isto é o exemplo do apoio que a Câmara sempre soube dar às coletividades. Ainda esta semana, a propósito do complexo desportivo de Salto, votaram contra um investimento que vai trazer dinâmica a uma terra que precisa dela. Não se pode falar em empreendedorismo e postos de trabalho quando se chama a Polícia Judiciária a 26 empresas do concelho. É intimidatório, causa desgaste, causa despesa e pode causar o seu encerramento. Quando se chama a polícia às empresas, é mesmo com esse objetivo de as destruir ou de as fechar.

Inscreveu-se intervir o deputado Duarte Gonçalves.

O deputado Duarte Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: “Sr. Presidente da Assembleia, não pretendo uma segunda intervenção, pedi apenas um minuto para defesa da honra, como é regimental, uma vez que fui visado pelo Sr. Presidente da Câmara.

Só para esclarecer que mantenho a coerência do que disse no discurso inicial. Relativamente as denúncias por mim efetuadas, e que o Presidente da Câmara me imputa, pois foram todas feitas visando o ataque político e não pessoal. Todas elas visavam a perca de mandato dos envolvidos, seja por prevaricação e favorecimento, como foi no caso do painel Led (note-se que a denúncia foi junto do tribunal administrativo), ou por contornar a lei dos contratos públicos, como foi exemplo da estrada de acesso ao Larouco que no nosso entender é uma só, e devia ser um concurso público, em detrimento de três ajustes diretos no limiar do valor permitido, entre casos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

de ajustes a empresas de familiares e a obras executadas no que consideramos ser domínio privado. Tudo devidamente comprovado e documentado.

Em qualquer dos casos por mim denunciados foram atacados os políticos envolvidos e pedíamos a perda do seu mandato.

Se depois dessas denúncias o ministério público encontra fundamento, aprofunda investigação e deduz acusações de outra índole, é consequência da ação que se impunha em todo o caso, perante factos concretos e meios de prova existentes. Não haja dúvida que o nosso papel é fiscalizar a ação governativa, e vocês trepando fora do risco, eu estaria lá para os penalizar!

Reitero, sempre no âmbito do combate político partidário, nada no campo pessoal. Assinado, o deputado municipal, Duarte Gonçalves.”

5 – Período da Ordem do Dia:

5.1. Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do município, bem como da respetiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25.º, e n.º 4, do artigo 35.º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento.

5.2. Proposta de definição da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) – Aplicação Percentual para o ano de 2022;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

5.3. Proposta da definição da participação variável no IRS (Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares) / Taxa a fixar para cobrar no exercício económico de 2022;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir o deputado Duarte Gonçalves.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

O deputado Duarte Gonçalves disse que, como tem sido hábito, o PSD pensa que se devia isentar as pessoas deste imposto. Quando mais não seja, que a taxa seja aplicada por escalões, ficando as classes mais baixas isentas, tornando-se num incentivo às famílias que passam mais dificuldades. Trata-se de uma política de competitividade em que se pode aliciar os investidores.

Deliberação: Aprovado por maioria com quatro votos contra dos deputados Duarte Gonçalves, Iva Rebelo, Sandra Gonçalves e Manuel Rebelo.

5.4. Proposta de definição do Imposto Municipal de Derrama a cobrar no exercício económico de 2022;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

O deputado Duarte Gonçalves disse que o PSD considera a derrama um fator de competitividade. A nível do País, Montalegre é dos concelhos que mais derrama cobra. E entre escolher instalar uma empresa num município que cobra derrama e noutro que não cobre, as empresas optam por aquele que menos custos lhe acarreta. A isenção da derrama devia ser feita por código de atividade ou até a tributação das empresas que tem sede fora do município. Devia-se ajudar os empresários locais, eliminando esta tributação.

O Senhor Presidente da Câmara referiu que um dia alguém da bancada da oposição disse que trouxeram contributos à Assembleia e que o PS os aproveitou, mas, neste particular assunto, não conseguiram convencer. Esta prática utilizada pelo Município de Boticas e nem por isso surte grandes feitos e resultados.

Tributar empresas com volume de negócios de 150 mil euros é fazer política direcionada para a área social.

Relativamente ao IRS, disse que os grandes beneficiários seriam os que ganham mais e isso não é justo.

Deliberação: Aprovado por maioria com cinco votos contra dos deputados Duarte Gonçalves, Manuel Rebelo, Iva Rebelo, Sandra Gonçalves e Jorge Lestra.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

5.5. Proposta de definição da taxa de Imposto Municipal de Imóveis, IMI, aplicável aos prédios urbanos, sítos no concelho de Montalegre, para vigorar no ano de 2022;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

5.6. Alteração Modificativa aos Documentos Previsionais – ano 2021- terceira alteração modificativa ao Orçamento da Despesa, terceira alteração modificativa ao Plano Plurianual de atividades Municipais;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por maioria com cinco abstenções dos deputados Duarte Gonçalves, Manuel Rebelo, Iva Rebelo, Sandra Gonçalves e Jorge Lestra.

5.7. Informação relativa aos compromissos plurianuais assumidos no ano económico de 2020 / artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação dada pela Lei nº 22/2015, de 17 de março;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções

A Assembleia tomou conhecimento.

5.8. Procedimento de concurso público, com publicidade internacional, com vista a uma operação de financiamento por locação financeira (leasing), para aquisição de uma viatura homologada em 19 toneladas de peso bruto. DF N.º 76/2020;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

5.9. Pedido de apoio financeiro, formulado pela Junta de Freguesia de Cervos para realização de uma variante na aldeia de Cervos;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

5.10. Alteração por Adaptação do Plano Diretor Municipal;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir o deputado Duarte Gonçalves.

O deputado Duarte Gonçalves disse que tem conhecimento que é uma imposição legal e a bancada da coligação gostava de ver inseridas mais alterações, mas provavelmente só na revisão do PDM é que poderão ser geridas e feitas.

Disse que Montalegre vai integrar o plano de ordenamento da Barragem da Caniçada que é a que menos nos toca e há outros espelhos de água no concelho de Montalegre que ainda não têm o plano de ordenamento. Pensa que já se passaram anos a mais e que a barragem dos Pisões devia ser contemplada com um plano de ordenamento organizado para se potencializar aquela zona. Se isso estivesse feito, estaria ali um grande potencial turístico.

Finalizou dizendo que se devia olhar para os planos de ordenamento como um instrumento de desenvolvimento do concelho e da atividade económica. O próximo executivo deve acelerar esse processo.

Deliberação: Aprovado por maioria com cinco abstenções dos deputados Duarte Gonçalves, Manuel Rebelo, Iva Rebelo, Sandra Gonçalves e Jorge Lestra.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

5.11. Proposta de adesão à Federação Portuguesa do Caminho de Santiago;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir o deputado Duarte Gonçalves.

O deputado Duarte Gonçalves disse que falava em nome do deputado José João Moura, que hoje não pode estar presente na reunião, pois ele tem vindo a falar do Caminho de Santiago com passagem por Vilar de Perdizes e pensa que foi uma proposta com intuito de ser uma mais valia para o concelho e o PS fez chacota das suas ideias. Agora já se aderiu à Federação Portuguesa do Caminho de Santiago. Foi criticado na hora, mas a sua ideia não caiu em saco roto. “Levam na cabeça”, mas, de vez em quando, os seus contributos lá são levados em conta.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

6 – Período após a ordem do dia.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao público que não quis intervir.

Tendo em conta a necessidade de dar cumprimento às deliberações tomadas na presente sessão, foi a minuta lida em voz alta e aprovada por unanimidade nos termos do disposto no n.º 1 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou a Assembleia que estava terminada a discussão da ordem do dia e deu por encerrada a sessão.

O Presidente da Assembleia

Fernando José Gomes Rodrigues

O 1º Secretário

Olímpia Maria Caldas Fernandes Vinhas

O 2º Secretário

Maria Gorete Barroso Afonso